



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

9. GESTÃO PATRIMONIAL

9.1 BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial consolidado do Estado de Pernambuco em 31 de dezembro de 2004, elaborado nos moldes estabelecidos pela Lei nº 4.320/64, mostrou-se como segue:

Balanço patrimonial consolidado do Estado em 31/12/2004 – Em R\$ 1,00 (Valores Correntes)

Ativo		Passivo	
CONTAS	31/12/2004	CONTAS	31/12/2004
ATIVO FINANCEIRO	592.111.789,46	PASSIVO FINANCEIRO	805.752.502,11
Disponível	569.659.291,81	Restos a Pagar	309.113.297,87
Caixa	40.511,10	Processados	243.670.454,65
Bancos c/Movimento	330.137.646,71	Não Processados	65.442.843,22
Aplicações financeiras	198.722.159,31	Pessoal a Pagar	210.324.075,03
Bancos c/Vinculadas	40.758.974,69	Consignações	58.421.870,33
Realizável	22.452.497,65	Depósitos de Origens Diversas	227.706.951,18
Responsabilidade Financeira	484.161,54	Valores Pendentes a Curto Prazo	120.018,12
Créditos a receber	21.968.336,11	Valores em Trânsito Exigíveis	66.289,58
ATIVO PERMANENTE	10.704.816.889,85	PASSIVO PERMANENTE	5.745.390.617,63
Bens do Estado	1.209.062.263,96	Dívida Fundada Interna	5.129.632.041,58
Bens Móveis	474.599.070,13	Por Contratos	5.129.632.041,58
Bens Imóveis	734.129.035,83	Dívida Fundada Externa	319.021.109,40
Bens Intangíveis	1.148.904,91	Por Contratos	319.021.109,40
Almoxarifado	57.962.177,28	Outras Dívidas	296.737.466,65
Valores Diferidos	10.914,84	Financiamentos/refinanciamentos	57.353.524,58
Depreciação Amort. e Exaustões	(58.787.839,03)	Obrig. de Exerc. Anteriores a Pagar	34.050.085,17
Créditos do Estado	8.051.539.438,65	Provisões	4.805.999,48
Dívida Ativa	7.010.453.004,45	Outras Obrigações	200.527.857,42
Títulos e valores	178.593.796,26		
Empréstimo Compulsório – DL 2288/86	22.401,00		
Empréstimos e Financiamentos	95.797.210,92		
Outros Créditos	766.673.026,02		
Valores do Estado	1.444.215.187,24		
Participações Societárias	1.571.914.273,50		
(-) Direito de Terceiros s/ Participação Acionária	(138.394.999,95)		
Outros Investimentos	10.695.913,69		
SOMA DO ATIVO REAL	11.296.928.679,31	SOMA DO PASSIVO REAL	6.551.143.119,74
		Saldo Patrimonial	4.745.785.559,57
		Ativo Real Líquido	4.745.785.559,57
Soma	11.296.928.679,31	Soma	11.296.928.679,31
ATIVO COMPENSADO	1.043.447.372,94	PASSIVO COMPENSADO	1.043.447.372,94
TOTAL	12.340.376.052,25	TOTAL	12.340.376.052,25

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado do Estado de Pernambuco



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Em relação aos quatros grupos componentes do Balanço Patrimonial, tem-se o seguinte:

O Ativo Financeiro, da ordem de R\$ 592,11 milhões, é composto pelo Realizável e Disponível, sendo este correspondendo a R\$ 569,66 milhões, e comentado em seção à parte.

O Ativo Permanente, cujo montante registrado fora de R\$ 10,70 milhões, apresentou em sua composição Bens do Estado (R\$ 1.209,06 milhões), Créditos do Estado (R\$ 8.051,54 milhões) e Valores do Estado (R\$ 1.444,22 milhões). Do grupo mais significativo, Créditos do Estado, a parcela mais proeminente, a Dívida Ativa, ultrapassou R\$ 7 bilhões, representando 87,07% do grupo e 65,49% de todo Ativo Permanente. Toda a movimentação ocorrida no exercício de 2004 em relação à Dívida Ativa já foi comentada no tópico relativo à Demonstração das Variações Patrimoniais, cabendo ressaltar que seu valor continua crescente ano após ano, o que tornam estes créditos, que o Estado tem direito a receber, não tão líquidos e certos quanto deveriam ser, como se observa no exercício de 2004, cuja liquidação referente ao recebimento da Dívida Ativa, em relação ao montante total da mesma, apenas alcançou 0,45%. Logo, os valores refletidos no Balanço Patrimonial, no que tange à Dívida Ativa, não estão refletindo a realidade.

Em relação às outras contas do Ativo Permanente, foram realizados diversos testes, os quais evidenciaram que os valores publicados no Balanço Patrimonial estão de acordo com o registro no SIAFEM, ressalvando-se que algumas contas apresentam valores divergentes entre o Balanço impresso e o do SIAFEM devido a rearranjos, sem que se configure erro, tais como:

- No que tange às Participações Societárias, o valor constante no SIAFEM importou em R\$ 1.604.397.194,19, enquanto que no Balanço Patrimonial Geral Consolidado impresso registrou-se o total de R\$ 1.571.914.273,50, conforme o quadro anterior. No Balanço Patrimonial registrado no SIAFEM, o valor correspondente ao das Participações Societárias integra o somatório das seguintes contas: Ações Integralizadas, Ações a Integralizar, Equivalência Patrimonial e Direito de Terceiros sobre Participação Acionária, ao passo que, no Balanço Patrimonial impresso, a conta Participações Societárias foi apresentada de forma sintética, apenas sendo ressaltada, como conta redutora, Direito de Terceiros sobre Participação Acionária. No entanto, após a análise dos valores das referidas contas, verificou-se que a divergência foi decorrente do expurgo no balanço patrimonial impresso das participações intragovernamentais nas contas Ações Integralizadas e Ações a Integralizar.

- Em relação à conta redutora Direito de Terceiros sobre Participação Acionária, esta decorre do Contrato de Promessa de Compra e Venda de Ações, firmado entre o Governo do Estado e a Caixa Econômica Federal - CEF - em 1999; o valor total contratado e repassado pela CEF foi de R\$ 138.395 mil, que seria pago com o dinheiro da privatização da COMPESA, o que não ocorreu, tornando-se a CEF acionária desta. Não obstante, a CEF prefira receber o pagamento do empréstimo devidamente atualizado a ter-se tornado acionária, e esteja ainda cobrando do Governo do Estado.

- No que diz respeito à conta Outros Investimentos, foi apresentado, no Balanço Patrimonial Consolidado impresso, como saldo, o valor de R\$ 10.695.913,69, ao passo que, no SIAFEM, o valor importou em R\$ 10.713.086,80. A diferença, de R\$ 17.173,11, corresponde à conta redutora de Provisão para Perdas nos Investimentos, que, apesar de não ser uma subconta de Outros Investimentos, está englobada para fins de publicação do Balanço Patrimonial impresso.

O Passivo Financeiro, conhecido também por Dívida Flutuante, igualmente denominado Dívida Administrativa ou Não Consolidada, representa as obrigações que o Tesouro contrai por um curto período de tempo, quer para atender a eventuais insuficiências de caixa, quer para administrar bens e valores de terceiros, compreende a inscrição extra-orçamentária, dentre outros, dos Restos a Pagar, Consignações, e Depósitos de Origens Diversas, bem como as obrigações de curto prazo concernentes à despesa com pessoal. O Passivo Financeiro (R\$ 805,75 milhões), cujo impacto no total do Passivo chegou a 12,30%, possuiu como preponderância as obrigações a pagar, seja por meio dos Restos a Pagar (R\$ 309, 11 milhões) ou do Pessoal a Pagar (R\$ 210,32 milhões). No tópico relativo aos Demonstrativos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (no Relatório de Gestão Fiscal), serão tecidas considerações acerca dos Restos a Pagar.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

O Passivo Permanente (R\$ 5.745,39 milhões) é composto por obrigações a longo prazo, especialmente pelas dívidas fundadas (R\$ 5.129,63), que são compromissos assumidos com o prazo de vencimento superior a doze meses, cujo objetivo é atender a desequilíbrio orçamentário ou a financiamento de obras e serviços públicos. Em seção específica serão tecidos comentários acerca da Dívida Fundada.

9.1.1 DISPONIBILIDADES

O balanço patrimonial consolidado do Estado informa que as disponibilidades dos Poderes e Órgãos, em 31 de dezembro de 2004, totalizaram um montante da ordem de R\$ 569.659.291,81 milhões, assim distribuídas:

Disponibilidades dos Poderes e Órgãos em 31/12/04 – Em R\$ 1,00

Órgãos	Total
Assembléia Legislativa	3.033.903,27
Tribunal de Contas	14.649.995,22
Tribunal de Justiça	61.868.916,96
Ministério Público	12.807.173,55
Poder Executivo	477.299.302,81
Totais	569.659.291,81

Fonte: Balanço consolidado do Estado em 31/12/2004 e SIAFEM/2004

A análise dos recursos financeiros disponíveis do Estado em 31 de dezembro de 2004, considerando o total disponível nos Poderes e Órgãos, evidencia uma situação de liquidez deficitária para satisfação dos compromissos de curto prazo. As disponibilidades totais em 31 de dezembro de 2004 corresponderam a 0,71 vezes o saldo do passivo financeiro, conforme tabela abaixo:

Liquidez imediata dos Poderes e Órgãos do Estado em 31/12/04 e 31/12/03 – Em R\$ 1,00

Discriminação	Ativo financeiro disponível	Passivo financeiro	Liquidez imediata 2004	Liquidez imediata 2003
Assembléia Legislativa	3.033.903,27	8.470.559,67	0,36	0,07
Tribunal de Contas	14.649.995,22	612.047,40	23,94	5,52
Poder Judiciário	61.868.916,96	7.253.465,63	8,53	33,92
Ministério Público	12.807.173,55	3.386.710,90	3,78	28,55
Poder Executivo	477.299.302,81	786.029.718,61	0,61	0,64
Totais	569.659.291,81	805.752.502,21	0,71	0,74

Fonte: Balanços gerais da administração direta e indireta em 31/12/04 e 31/12/03 e SIAFEM/04.

Observa-se que o valor desse índice (0,71), menor que a unidade, decresceu um pouco em relação ao exercício de 2003, principalmente em virtude do pequeno saldo remanescente da receita de alienação do controle acionário da CELPE, restando pouco mais de R\$ 8 milhões de reais para ser utilizado no exercício de 2004, dos cerca de R\$ 30 milhões disponíveis no início de 2003 (dados obtidos do SIAFEM 2004 e 2003).

A composição das disponibilidades da administração pública estadual, segundo as fontes de recursos, em 31/12/04, está discriminada na tabela seguinte. Os saldos negativos resultam da prática histórica de atribuir despesas além dos limites financeiros das fontes. Saliente-se que foram feitos testes relativos à consolidação dos balanços parciais em diversas contas, dentre elas, o grupo disponível, podendo constatar-se que o SIAFEM/04 espelha a realidade financeira do Estado.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

A importância do controle preciso dos saldos das fontes de recursos recebeu particular reforço, proveniente das disposições do parágrafo único do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual impõe que “*os recursos legalmente vinculados à finalidade específica...*” sejam “*...utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.*”

Portanto, embora se reconheçam as dificuldades técnicas e de recursos humanos, os controles internos de cada Poder ou Órgão, mencionados no art. 20, inciso II, da LRF, devem realizar esforços no sentido de melhorar o acompanhamento dos limites financeiros de cada fonte de recurso, principalmente através de orientação as suas unidade gestoras para procederem à classificação correta da fonte quando da execução da despesa, o que conferirá maior transparência às ações governamentais.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Disponibilidades do Estado em 31/12/2004, por fontes de recursos – Em R\$ 1,00

Poder/Órgão	Fontes de Recursos												
	Extra-orçamentários	Ordinários	Convênios a Fundo Perdido	Operações de crédito	Diretamente arrecadados	Salário-educação	Compensações financeiras	Alienação de ações CELPE	Indesp	FUNDEF	Bingos	Fundo Aperf.Prof.e Reeq.Téc.T CE	FACEPE
Assembléia Legislativa	6.126.215,28	(3.055.433,53)			15.543,96			(52.422,44)					
Escola do Legislativo	0,00	0,00											
Tribunal de Contas	605.203,02	13.580.130,12			0,00			0,00				59.775,71	
Escola de Contas	6.844,38	275.186,08			5.494,36								
Tribunal de Justiça	1.330.979,02	30.495.489,46	612.281,38		29.424.569,79			0,00					
Ministério Público	470.148,07	12.661.102,09	(882,87)		8,83			(336.446,76)					
Poder Executivo	703.503.308,64	(454.553.930,80)	111.192.242,71	6.479.173,22	12.118.960,18	18.998.321,82	29.230.612,13	9.004.367,98	75.491,51	(25.220.235,85)	1.784,53	425,36	14.006.365,02
Adm. Direta	428.473.175,86	(416.564.407,35)	106.971.741,02	5.543.141,12	10.294.566,97	18.968.916,82	29.492.808,32	6.624.340,27	75.491,51	(25.360.235,85)	1.784,53	425,36	15.460.889,07
Adm. Indireta	275.030.132,78	(37.989.523,45)	4.220.501,69	936.032,10	1.824.393,21	29.405,00	(262.196,19)	2.380.027,71		140.000,00			(1.454.524,05)
Total	712.042.698,41	(400.597.456,58)	111.803.641,22	6.479.173,22	41.564.577,12	18.998.321,82	29.230.612,13	8.615.498,78	75.491,51	(25.220.235,85)	1.784,53	60.201,07	14.006.365,02

Fonte: Contas 193290100 e 193290200, no SIAFEM/2004.

Disponibilidades do Estado em 31/12/2004, por fontes de recursos – Em R\$ 1,00 (Continuação)

Poder/Órgão	Fontes de Recursos												Total
	Antecipação Rec. Alienação CELPE	CIDE	Recursos Próprios Administração Ind.	Rec. Conv. Fundo Perdido Adm Ind.	Op.Créd. PRODETUR	Rec. Captados Aum. Cap.	FDS	FURPE	FUNCULTURA	Jogos, Bingos e Loterias	Outras Transf. Vol.	Aum. Capital Diversos	
Assembléia Legislativa													3.033.903,27
Escola do Legislativo													0,00
Tribunal de Contas			0,00										14.245.108,85
Escola de Contas			117.361,55										404.886,37
Tribunal de Justiça			5.597,31										61.868.916,96
Ministério Público			13.244,19										12.807.173,55
Poder Executivo	(239.972,07)	(9.505.958,71)	(103.333.293,63)	24.270.181,18	(342.745,19)	6.504,31	1.116.773,95	311.933,88	1.639.629,15	2.988.462,67	40,20	135.550.860,62	477.299.302,81
Adm Direta	(239.972,07)	167.065,48	11.814.452,61	1.650.145,51			(9.360,24)		1,90	97.803,41			193.462.774,25
Adm Indireta		(9.673.024,19)	(115.147.746,24)	22.620.035,67	(342.745,19)	6.504,31	1.126.134,19	311.933,88	1.639.627,25	2.890.659,26	40,20	135.550.860,62	283.836.528,56
Total	(239.972,07)	(9.505.958,71)	(103.197.090,58)	24.270.181,18	(342.745,19)	6.504,31	1.116.773,95	311.933,88	1.639.629,15	2.988.462,67	40,20	135.550.860,62	569.659.291,81

Fonte: Contas 193290100 e 193290200, no SIAFEM/2004.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS